



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIA VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A EMPRESA ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA - ME.

CONTRATO Nº 14.175.725-3

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 1.290, Centro Cívico, CEP: 80.530-280, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor **JULIO CEZAR DOS REIS** nomeado pelo decreto nº 8.735 de 05 de fevereiro 2018.

CONTRATADA: ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ/MF sob n.º. 19.294.988/0001-77, com sede na Rua Izabel Lima de Oliveira, 149, São Gabriel, no município de Colombo/PR, CEP 83.407-162, neste ato representado por **ROBINSON ROBERTO MACHADO**, inscrito no CPF sob o n.º. 024.961.679-38, portador da carteira de identidade nº RG 6.841.369-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Jose de Oliveira Franco, 2396, Bairro Alto, no município de Curitiba-PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos para lavanderia, visando atender as necessidades do Departamento Penitenciário.

LOTE	UNID	QUANT	DESCRIPTIVO	MENOR PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
03	und	26	SECADORA Deve o secador ter volume de cesto interno mínimo de 750 dm3 (tolerância de + ou - 5%), fabricado em chapa de aço inoxidável e com Fator de Carga 1:25 para tecidos de algodão 100 % . Perfazendo a capacidade de 30 kg. Deve ter área mínima perfurada de 48% do cesto interno. Deve ter painel de comando digital e completo, dotado de CLP com capacidade de armazenar no mínimo 5 programas de secagem, com controle de tempo de ciclo, temperatura de secagem, tempo de resfriamento, reversão do cesto e alarmes sonoros indicador de fim de processo.	18.461,53	479.999,78



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.

			<p>Deve ter ampla porta para retirada das roupas de seu interior, fabricada em aço estampado e com fechamento pelo sistema magnético e com sensores de segurança normalizados e dentro das exigências da NR12, facilitando as operações de abrir e fechar a porta com segurança e com amplo visor de vidro para visualização das roupas sendo secadas.</p> <p>Deve ter sensor de segurança instalado na porta, de acordo com a NR12.</p> <p>Deve ter gaveta frontal para fácil limpeza das felpas.</p> <p>Deve também ter sensor de segurança na gaveta de felpas que ao abri-la pare o funcionamento do cesto interno.</p> <p>Deve ser instalado com botão de emergência na parte frontal, de fácil acesso, de acordo com a NR12.</p> <p>Deve ter chave geral elétrica, de fácil acesso, que possibilite desligar totalmente o secador e colocar um cadeado de segurança para as operações de manutenção.</p> <p>Deve ter filtro na gaveta, com tela de aço galvanizado para maior retenção das felpas e melhor controle ambiental.</p> <p>Deve ter exaustor de alta eficiência e baixo ruído, que atenda as normas regulamentadoras de equipamentos (NR's)</p> <p>Deve ter proteção traseira totalmente fechada, para evitar acesso dos operadores às partes móveis do equipamento, de acordo com exigência de NR12.</p> <p>Deve ter mancais, rolamentos e todos os tipos de peças normalizadas e padronizadas de acordo com normas da ABNT.</p> <p>Deve ter câmara de aquecimento elétrica, com 6 blocos de resistências, com potência de 5,5 kw cada uma, perfazendo uma potência total de 33 kw.</p> <p>Cesto interno com diâmetro Ø mínimo de 980 mm (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Comprimento do cesto interno de 980 mm para facilitar a retirada das roupas secas. (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Dimensões Externas máximas: Altura 1850 mm, largura 1085 mm, profundidade 1.300 mm por razões de melhor ocupação da área atual da lavanderia (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Deve ter sistema de exaustão com rotor de alumínio fundido e usinado, garantindo uma vazão de ar ideal para retirada da umidade das roupas e com motor independente do motor do cesto.</p> <p>Deve ser montado com dois motores elétricos trifásicos independentes, com potência máxima de 0,75 cv (0,56 kw) para acionamento do cesto interno e potência máxima de 0,75 cv (0,56 kw) para acionamento do exaustor. O motor do cesto deve ser construído em carcaça padrão com fixação por pés e o motor do exaustor deve ser construído com fixação por flange.</p> <p>Deve ter sistema de reversão do cesto durante a etapa de secagem.</p>		
04	und	04	SECADORA Deve o secador ter volume de cesto interno mínimo de 750 dm ³ (tolerância de + ou - 5%), fabricado em chapa	16.991,61	67.966,44



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

		<p>de aço inoxidável e com Fator de Carga 1:25 para tecidos de algodão 100 % . Perfazendo a capacidade de 30 kg.</p> <p>Deve ter área mínima perfurada de 48% do cesto interno.</p> <p>Deve ter painel de comando digital e completo, dotado de CLP com capacidade de armazenar no mínimo 5 programas de secagem, com controle de tempo de ciclo, temperatura de secagem, tempo de resfriamento, reversão do cesto e alarmes sonoros indicador de fim de processo.</p> <p>Deve ter ampla porta para retirada das roupas de seu interior, fabricada em aço estampado e com fechamento pelo sistema magnético e com sensores de segurança normalizados e dentro das exigências da NR12, facilitando as operações de abrir e fechar a porta com segurança e com amplo visor de vidro para visualização das roupas sendo secadas.</p> <p>Deve ter sensor de segurança instalado na porta, de acordo com a NR12.</p> <p>Deve ter gaveta frontal para fácil limpeza das felpas.</p> <p>Deve também ter sensor de segurança na gaveta de felpas que ao abri-la pare o funcionamento do cesto interno.</p> <p>Deve ser instalado com botão de emergência na parte frontal, de fácil acesso, de acordo com a NR12.</p> <p>Deve ter chave geral elétrica, de fácil acesso, que possibilite desligar totalmente o secador e colocar um cadeado de segurança para as operações de manutenção.</p> <p>Deve ter filtro na gaveta, com tela de aço galvanizado para maior retenção das felpas e melhor controle ambiental.</p> <p>Deve ter exaustor de alta eficiência e baixo ruído, que atenda as normas regulamentadoras de equipamentos (NR's)</p> <p>Deve ter proteção traseira totalmente fechada, para evitar acesso dos operadores às partes móveis do equipamento, de acordo com exigência de NR12.</p> <p>Deve ter mancais, rolamentos e todos os tipos de peças normalizadas e padronizadas de acordo com normas da ABNT.</p> <p>Deve ter câmara de aquecimento elétrica, com 6 blocos de resistências, com potência de 5,5 kw cada uma, perfazendo uma potência total de 33 kw.</p> <p>Cesto interno com diâmetro Ø mínimo de 980 mm (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Comprimento do cesto interno de 980 mm para facilitar a retirada das roupas secas. (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Dimensões Externas máximas: Altura 1850 mm, largura 1085 mm, profundidade 1.300 mm por razões de melhor ocupação da área atual da lavanderia (tolerância de + ou - 5%).</p> <p>Deve ter sistema de exaustão com rotor de alumínio fundido e usinado, garantindo uma vazão de ar ideal para retirada da umidade das roupas e com motor independente do motor do cesto.</p> <p>Deve ser montado com dois motores elétricos trifásicos independentes, com potência máxima de 0,75 cv (0,56 kw) para acionamento do cesto interno e potência máxima</p>	
--	--	--	--



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

			de 0,75 cv (0,56 kw) para acionamento do exaustor. O motor do cesto deve ser construído em carcaça padrão com fixação por pés e o motor do exaustor deve ser construído com fixação por flange. Deve ter sistema de reversão do cesto durante a etapa de secagem.		
06	und	05	Mesa, De passar, Com sucção e aquecimento. pedal de acionamento de sucção independente. Regulagem de altura de 70cm X 100cm, Tensão elétrica: 220v, Potência: 600watts, Motor: 100 watts, Dimensões: Comprimento: 110cm, Largura: 35cm,	2.920,00	14.600,00
TOTAL					562.566,22

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 286/2017, objeto do processo administrativo n.º 14.175.725-3, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 10144, de 08/03/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos de forma integral e em parcela única, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ 562.566,22 (quinhentos e sessenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos).**

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao servidor Gerente da Divisão de Educação e Produção / Agente Penitenciário. Nome: Sr. **Boanerges Silvestre Boeno Filho** RG.: 10.270.732-0. Email: boanerges@depen.pr.gov.br / dipro@depen.pr.gov.br Tel.: (41) 3589-6780 / 9233-1802, conforme item 5.3 deste Contrato, o qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao servidor **Janaina Batpista da Luz** chefe da Divisão Ocupacional e de Produção / Agente Penitenciário, RG 8.082.794-6, CPF 026.932.419-44 email: janainaluz@depen.pr.gov.br fone 41 3589 1067., conforme o item 5.3 deste, o qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.

penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

6.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

LOTE III E IV

UNIDADE	ENDEREÇO	LAVADORA	SECADORA	MESA DE PASSAR	FERRO À VAPOR
CCC	Rua José Cheinfert, S/N - CIC - Curitiba / PR		2		
CMP	Av. Ivone Pimentel s/n - Canguiri - Pinhais		1		
CPAI	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr		3		
CPHSPG	Rua João Gualberto, s/n, Colônia Dona Luiza – Ponta Grossa		2		
CPLN	Rua Netuno, 182 - Bairro Três Fronteiras - Foz do Iguaçu		2		
PCE - US	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr		5		
PCE- UP	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr		2		
PEC	Rodovia BR-277 - KM 579 - Área Industrial - Cascavel		2		
PEF	Av. Mercúrio, 850 - Pq. Três Fronteiras - Foz do Iguaçu		1		
PEL II	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5925, lote 127, Gleba Ribeirão Cambé - Londrina		2		
PEP II	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr		1		
PEPG	Rua Batura, s/n - Colônia Dona Luiza - Ponta Grossa		1		
PFB	Rodovia PR-483 - Km 12 - Francisco Beltrão		2		
PFP	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr		1		
PIC	Rodovia BR-277 - KM 579 - Área Industrial - Cascavel		1		
PIG	Rua Dário Borges de Lis, 439 - B. São Cristóvão - Guarapuava		1		
CRSL	Rua Amazonas, 34 Antena Lapa		1		

LOTE VI

UNIDADE	ENDEREÇO	LAVADORA	SECADORA	MESA DE PASSAR	FERRO À VAPOR
CPLN	Rua Netuno, 182 - Bairro Três Fronteiras - Foz do Iguaçu			2	
PCE - US	Avenida das Palmeiras, s/n Piraquara/Pr			1	
PEL	Rua Maria da Glória D. Casarin, 100 - Jd. Del Rei - Londrina			2	



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no termo de referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O **CONTRATANTE** devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o edital, tendo o Contratado o prazo de até 05 (cinco) dias para substituí-lo(s).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da dotação orçamentária 3968.06421134.385, Ações do FUPEN, elemento de despesa 4490.52 – equipamentos e material permanente, fonte 281 e/ou 258.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência de **14 (quatorze) meses**, contados da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal (inclusive quanto às Contribuições Previdenciárias), Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS e a negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo regulamento.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

I = (TX)

I = $\frac{6}{100}$
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste Contrato.

10.2 O(A) CONTRATADO(A) obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.2.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedor do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

10.2.8 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a **CONTRATADA** obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

10.3 O CONTRATANTE obriga-se a:

10.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

10.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3.9 Além das obrigações constantes na presente cláusula, fica a **CONTRATANTE** obrigada a cumprir com as obrigações descritas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura deste instrumento, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

11.2 A inobservância do prazo do item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

11.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

11.4 A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços ou acréscimo contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no item 11.1.

11.5 A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no art. 102 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

11.6 A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o art. 827 do Código Civil.

11.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;
- b) prejuízos diretos e indiretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

11.8 A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no item 11.4, após a verificação, pela Contratante, de que o contrato tenha sido integralmente cumprido.

11.9 A instauração de processo administrativo em desfavor do Contratado, para apurar falta na execução do contrato, impede a devolução da garantia até a decisão final.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

12.1 O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

12.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

12.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

12.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

12.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 12.7.

12.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

12.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

12.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

12.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 12.9;
- h) cometer fraude fiscal.

12.11 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

12.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

12.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

12.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

12.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.17 Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

12.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO:

13.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

14.1.1 O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 336/2018 - GMS 1454/2018.**

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

15.2 Este contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

15.3 A Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

15.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 13 de julho de 2018

JULIO CEZAR DOS REIS
SECRETARIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA-ME

19-294 988/0001-77

R. Izabel Lima de Oliveira nº 149
São Gabriel - CEP 83407-162

ROBINSON ROBERTO MACHADO COLOMBO - PR
ALIANÇA EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA - ME

TESTEMUNHA 1:

Thaísa Monassi
8766 0838

TESTEMUNHA 2: